



ÁREA TEMÁTICA: Direito, Crime e Dependências

Delinquência juvenil, justiça e media: representações dos jovens dos Centros Educativos sobre a acção da comunicação social

CARVALHO, Maria João Leote de

Mestre em Sociologia do Crime e da Violência, Socinova/CesNova-Centro de Estudos de Sociologia

FCSH, Universidade Nova de Lisboa

mjleotec@sapo.pt

SERRÃO, Juliana

Mestranda em Psicologia Clínica

Instituto Superior de Psicologia Aplicada

julianaserrao@gmail.com

Resumo

No âmbito do Projecto “Crianças e Jovens nas Notícias”(POCI/COM/60020/2004) desenvolveu-se uma pesquisa que teve por objectivo conhecer o lugar que os media ocupam no universo de jovens de ambos os sexos, entre os 12 e os 20 anos, que por práticas delinquentes se encontram internados nos Centros Educativos da Direcção-Geral de Reinserção Social, do Ministério da Justiça. Para tal, realizou-se uma pesquisa de carácter exploratório articulando-se metodologias quantitativas e qualitativas recorrendo-se a dois instrumentos: inquérito por questionário e entrevista semi-estruturada individual. O estudo registou uma elevada adesão (N=150, 56,1% do universo) e os resultados mostram tratar-se de uma população particularmente interessada em notícias da imprensa e televisão, essencialmente por aquelas cujos protagonistas são crianças ou jovens em risco social. Muitos tiveram já um contacto directo com os media numa dupla vertente -actor delincente vs actor social- emergindo das experiências significados diametralmente opostos. Violação de direitos das crianças/jovens, quebras de deontologia profissional e de princípios éticos na abordagem destes casos são alguns dos pontos que evidenciam na acção dos órgãos de comunicação social. Percepcionam também a prevalência de imagens de uma condição de juventude negativa e estigmatizante, fundamentalmente “problemática”, o que desencadeia uma crítica forte e sustentada não só relativamente ao papel dos jornalistas como aos media no seu todo.

Palavras-chave: juventude; delinquência; instituição; comunicação social; Direito de Crianças e Jovens





Introdução

Em Portugal, em estudo sobre a aplicação da Lei Tutelar Educativa evidenciou-se que, nos finais da década de noventa, a visibilidade mediática proporcionada a determinados casos de delinquência juvenil esteve na base de uma preocupação crescente para com esta problemática (Sousa Santos et al., 2004). Durante um certo período de tempo, os jovens foram colocados no centro das agendas políticas e noticiosas em função da ameaça que os seus comportamentos de violação de normas sociais e jurídicas vigentes constituíam, num pico de noticiabilidade dificilmente alcançado noutras ocasiões.

Transmitiu-se, fundamentalmente, uma concepção de juventude associada a problemáticas sociais de natureza diversa representada como uma geração potenciadora de riscos, perigos e ameaças, a vários níveis, para a estrutura social. Pouco espaço foi dado aos próprios e este exemplo ilustra como, em muitos casos, a construção social da juventude parecer não provir, em larga escala, dos seus constituintes, os jovens. Não se trata apenas de uma limitação do campo noticioso mas também na investigação a forma como se percebem nas notícias tem sido algo pouco estudado, mais ainda quando se trata de jovens institucionalizados por motivo de delinquência.

Deste modo, no âmbito do Projecto *Crianças e Jovens nas Notícias* desenvolveu-se um estudo com a colaboração da Direcção-Geral da Reinserção Social, do Ministério da Justiça, que teve por objectivo conhecer como os jovens internados nos Centros Educativos percebem e representam a acção da comunicação social.¹ A sua audição adquire uma especial importância por se reportar a um universo que tende a constituir-se como objecto de atenção dos órgãos de comunicação social, raras vezes escutado na interpretação que faz sobre a construção da realidade social.

1. A Lei Tutelar Educativa

Na Reforma do Direito de Menores em Portugal duas novas leis entraram em vigor em 1 de Janeiro de 2001: a Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo e a Lei Tutelar Educativa (LTE). Enquanto que a intervenção de promoção e protecção expressa na primeira desenvolve-se relativamente a casos em que se verifique a ameaça dos direitos essenciais (cívicos, sociais, económicos e culturais) da criança/jovem, a LTE fundamenta a razão da intervenção tutelar não só na prática, e conseqüente prova, de um ilícito, mas também na necessidade de educação do jovem para os valores e normas essenciais à vida em comunidade no sentido da sua responsabilização perante os comportamentos anti-sociais e delinquentes manifestados.

A LTE aplica-se a jovens até aos 21 anos que, entre os 12 e os 16 anos de idade, tenham praticado facto qualificado pela lei penal como crime. As medidas tutelares previstas na lei têm por fim a *educação do jovem para o direito* e a sua inserção, de forma digna e responsável, na vida em comunidade, sendo este conceito a trave mestra de toda a acção oficial. Não há intervenção quando não existem factos ou quando existindo os indícios são insuficientes, quando se verifica a desnecessidade de *educação para o direito* ou se comprova a inimputabilidade por anomalia psíquica.

A Direcção-Geral de Reinserção Social (DGRS), do Ministério da Justiça é, nos termos da lei, o órgão auxiliar da administração da Justiça responsável pela definição e execução das políticas públicas de administração de prevenção criminal e de reinserção social dos jovens e adultos. Inclui-se neste âmbito, a execução das medidas de internamento através da gestão dos Centros Educativos destinados ao desenvolvimento de uma acção promotora da ressocialização dos jovens agentes de factos qualificados pela lei penal como crime.

Pelo seu carácter de privação de liberdade esta é a medida mais grave da LTE e é passível de execução em três regimes diferenciados: aberto, semiaberto ou fechado. A sua duração pode variar entre os três meses (aberto) e os dois anos (aberto e semiaberto), excepcionalmente os três anos (fechado). Da



interactividade entre os sistemas de penas e medidas podem ser colocados em regime fechado jovens que acumulem, em simultâneo, o cumprimento de medidas tutelares e de prisão preventiva. A decisão de escolha do regime cabe ao Tribunal em função da avaliação da personalidade do jovem, da concreta necessidade de *educação para o direito* e da comparação dos ilícitos cometidos com a correspondente moldura penal.

Cada Centro Educativo dispõe de instrumentos próprios de organização dos quais se destacam o projecto de intervenção educativa e o regulamento interno, ambos definidos à luz de quadros legais que estabelecem um patamar de base para a respectiva actuação no sistema. Tratando-se de um modelo progressivo e faseado, a intervenção está estruturada em torno de programas educativos e terapêuticos em diferentes áreas (escolar; orientação vocacional e formação (pré-)profissional, animação sociocultural e desportiva, educação para a saúde e programas terapêuticos e outros associados ao comportamento delincente). A estes acrescem programas da vida do quotidiano centrados em rotinas diárias básicas que procuram reforçar competências pessoais e sociais partindo, precisamente, da vivência do dia-a-dia em contexto de internato. Nestes programas existe um leque de actividades formativas obrigatórias de acordo com o projecto educativo pessoal delineado com cada educando e homologado pelo Tribunal.

2. Aspectos metodológicos

Animados pela Convenção sobre os Direitos da Criança, de 1989, vários movimentos sociais têm vindo a pugnar por uma maior visibilidade e debate das questões que envolvem crianças e jovens. Sendo os media espaços de visibilidade, é pertinente a atenção à sua cobertura, não só para a identificação das suas tendências e enquadramentos, mas também para uma intervenção social mais alargada que possa contribuir para que vozes habitualmente ignoradas expressem as suas perspectivas assim como jornalistas se debruçam, de modo mais coerente e sustentado, sobre as problemáticas da infância e da juventude.

É neste enquadramento que se situou o projecto de investigação *Crianças e Jovens nas Notícias*, aprovado pela Fundação de Ciência e Tecnologia (POCTI/COM/60020/2004).² Assegurado por uma equipa de investigadores de diferentes áreas e instituições, trata-se de uma pesquisa que assentou em duas grandes linhas de orientação: num primeiro nível teve-se por objectivo a análise e problematização da produção dos media em notícias relacionadas com a condição da infância e juventude em Portugal durante o ano de 2005; num segundo momento procurou-se identificar, compreender e analisar os modos e formas de recepção dessa mesma produção por parte de crianças e jovens nas mais diversas condições e contextos sociais.

Deste modo, e porque os temas de Justiça e de delinquência de crianças e jovens assumiram uma especial representatividade no corpus de notícias em análise,³ desenvolveu-se um estudo que teve por objectivo conhecer o lugar que os media ocupam no universo dos jovens em cumprimento de medida tutelar educativa nos Centros Educativos da DGRS. A escolha desta população justifica-se por se tratar do universo correspondente à aplicação da medida mais grave prevista na LTE, a de internamento. Pretendendo conhecer os seus interesses, representações e atitudes perante os media, partiu-se do levantamento das seguintes questões orientadoras:

- que interesses revelam sobre notícias de jornais e em televisão?
- que experiências tiveram na relação directa com jornalistas e órgãos de comunicação social?
- que imagem têm dos media?
- de que formas se revêem nas notícias na imprensa e televisão?
- que formas de regulação propõem para a produção dos media em matérias sobre crianças e jovens?

Pela necessidade de procurar leituras dinâmicas da realidade social, na operacionalização da pesquisa articularam-se metodologias quantitativas com outras de carácter mais qualitativo. Como defende Bardin (1966), as abordagens quantitativa e a qualitativa não têm obrigatoriamente o mesmo campo de acção sendo que o termo qualitativo implica uma ênfase nos processos e significados que não são examinados



exactamente em termos de quantidade, importância, intensidade ou frequência. Estas metodologias realçam a natureza socialmente construída da realidade, a íntima relação entre o investigador e o que está a ser estudado, bem como os constrangimentos situacionais que marcam a investigação (Denzin et al., 1994). Ou seja, a abordagem qualitativa permite um procedimento mais intuitivo, mas também mais maleável e mais adaptável a categorias não previstas, ou à evolução das hipóteses. Deste modo, não se partiu de hipóteses prévias, somente das questões orientadoras de base, oriundas da fundamentação teórica, que nortearam a construção do processo de investigação (Vala, 1986). Outro aspecto que caracteriza este estudo é o seu carácter exploratório sendo que os resultados não podem ser generalizados nem extrapolados para além da população em causa.

Para a recolha de informação definiram-se dois instrumentos: um inquérito por questionário, que abarcou de modo extensivo o leque de preferências e atitudes destes jovens sobre as matérias em causa e uma entrevista semi-estruturada individual. O questionário foi construído tendo em linha de conta duas grandes áreas, a da imprensa escrita e a da televisão, onde se conjugaram perguntas de resposta aberta com outras fechadas.

Porque não é suficiente compreender os seus mecanismos importando, sobretudo, compreender os mundos do entrevistado e os factores que podem influenciar as suas respostas (Fontana et al., 1994), a entrevista tinha um carácter semi-directivo e semi-estruturado assente numa linguagem familiar e adaptada aos jovens. Conscientes da especificidade da população acolhida nos Centros e dos cuidados a ter na pesquisa, a sua realização passou por uma estreita articulação com as respectivas equipas técnicas de acordo com o quotidiano das próprias instituições. As preocupações de natureza ética constituíram parte integrante e significativa da pesquisa, estando presentes em todos os patamares do processo de recolha e análise da informação. Conforme estabelecido por lei, mediante autorização do próprio, as entrevistas foram gravadas e assegurou-se a completa despersonalização dos textos produzidos na salvaguarda da identidade dos jovens cujos nomes, em todas produções da investigação, são substituídos por outros fictícios.

Depois de realizada uma revisão bibliográfica sobre a temática em questão, o primeiro passo foi a construção dos instrumentos. Como procedimento prévio à recolha e sistematização da informação optou-se por criar um quadro categorial cuja definição de variáveis e respectivas modalidades resultou de pesquisa bibliográfica sobre as problemáticas em estudo. Na sequência da codificação previamente estabelecida, os dados do questionário foram introduzidos numa base informática criada especificamente para esse efeito no SPSS v12. Após procedimentos de validação dos dados recolhidos na base, para o tratamento da informação procedeu-se, numa primeira fase, à análise estatística univariada e bivariada (tabelas cruzadas simples). No caso das entrevistas optou-se pela análise de conteúdo. Depois de transcritas realizaram-se os vários passos necessários à sua operacionalização.

3. Participantes

Na delimitação do universo em estudo, vários pontos foram objecto de discussão. Para além das limitações inerentes à impossibilidade de conhecer *a priori* quem iria participar por tal depender da aceitação, na altura, dos próprios, a natureza da abordagem e o período temporal a que se esteve sujeito foram importantes factores na tomada de opções. Na medida do possível, pretendeu-se ter representados os dois géneros, diferentes escalões etários e locais de residência, assim como os três regimes em que se podiam encontrar internados.

A recolha de informação iniciou-se em Outubro de 2006 e prolongou-se até Abril de 2007. Seleccionaram-se sete dos dez Centros em funcionamento, os que, à partida, abrangiam o maior número de casos e diversidade por regimes incluindo a única instituição que acolhia raparigas: Bela Vista, São Bernardino e Navarro Paiva, em Lisboa, Padre António de Oliveira, no concelho de Oeiras, Santo António no Porto, Olivais em Coimbra e Mondego, situado no distrito da Guarda. Em todos os Centros a participação atingiu valores muito significativos.



Do levantamento dos dados constantes em modelo próprio da DGRS sobre o movimento mensal de educandos existentes por Centro, no período a que corresponde o interesse da investigação, o número oscilou entre os 244 (Abril de 2007) e os 267 (Dezembro de 2006).

GÉNERO	MESES DO ANO (2006/07)						
	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril
Masculino	245	244	248	242	236	233	224
Feminino	17	15	19	19	21	18	20
Total Geral	262	259	267	261	257	251	244

Quadro 1 - Jovens em Centro Educativo, Fonte: DGRS/MJ (2007)

A clara predominância de jovens do sexo masculino relativamente às do sexo feminino é uma evidência que permaneceu ao longo deste período e que, sendo algo que já acontecia no tempo de vigência da Organização Tutelar de Menores (Carvalho, 2003), acentuou-se com a entrada em vigor da LTE. Tomando como referência os dados reportados a 31 de Dezembro de 2006 por constituírem o ponto intermédio do período de recolha de informação, o subtotal masculino nessa data era de 248 (92,8%), ao passo que a representação feminina ficava restrita a 19 casos (7,2%).

No estudo participaram 150 jovens, de ambos os sexos, entre os 12 e os 20 anos. A amostra foi constituída aleatoriamente, mediante consentimento informado, registando-se uma elevada adesão ao questionário (150 respondentes = 56,1% do universo) e à entrevista (86 entrevistados = 32,2%). No total, 140 eram do sexo masculino e os restantes do feminino.

O regime semiaberto (78,1%) foi o mais representado, seguindo-se o fechado (13,7%) e, por último, o aberto (8,2%). Por idades, muito poucos estavam nos 12-14 anos. A maioria tinha 17 (29,7%), 16 (22,5%) ou 15 anos (18,8%). No entanto, é também significativa a expressão dos patamares etários superiores: 11,6% com 18, 3,6% com 19 e 1,4% com 20 anos. As raparigas estão ligeiramente mais representadas nos 14 e 17 anos, enquanto que os rapazes claramente nos 16 e nos 15 anos. Representando a tendência identificada no universo, a representatividade dos que se encontram já dentro da idade da imputabilidade criminal é bastante elevada, com valores na ordem dos 68,8%.

Relativamente ao grau de escolaridade que frequentavam, 16,4% estavam no 1ºCiclo do Ensino Básico, 38,4% no 2ºCiclo e 45,2% no 3ºCiclo. Apesar do desfazamento ainda manifestado entre a idade cronológica e o ano de escolaridade que deveriam estar a frequentar, de destacar o predomínio do 3º Ciclo, algo que até poucos anos atrás não acontecia. A institucionalização tenderá a reduzir esse fosso decorrente de percursos anteriores maioritariamente marcados por insucesso, absentismo e até abandono precoce do ensino.

Como esperado, os distritos mais representados relativos ao último local de residência conhecido são os que, a nível nacional, apresentam maiores índices de presença de indivíduos nestes escalões etários, designadamente, nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto e nas faixas do litoral: Lisboa (49,0%), Porto (18,2%), Setúbal (11,2%), Faro (6,3%) e Braga (3,5%). Por origem étnica, 25,3% são de origem africana e 8,9% cigana.

Porque a colocação nestes Centros está reservada aos casos mais graves de delinquência constata-se que os ilícitos contra o património são os que atingem um valor mais expressivo com 80,5% dos participantes envolvido neste tipo de práticas. Analisando dados oficiais desde Janeiro de 2001, verifica-se que a informação sobre o ano de 2006 acaba por confirmar a tendência da delinquência recenseada oficialmente



neste sistema ser, predominantemente, contra o património estando os restantes tipos de ilícitos representados com valores claramente inferiores. A maioria encontrava-se em cumprimento de medida de internamento (86,8%), sendo que perto de metade destas medidas apontava para duração igual ou superior a 18 meses. Vários foram os casos em que a permanência em Centro Educativo vinha a prolongar-se há alguns anos, numa sucessão de processos tutelares educativos relativos a várias medidas.

4. Análise e Discussão dos Resultados

A apresentação dos resultados é feita de forma descritiva, articulando-se dados quantitativos com outros qualitativos. Na sua discussão procura-se dar a conhecer quer os vectores que se identificam como regulares e comuns aos jovens em estudo, quer as singularidades evidenciadas.

4.1 Interesses, motivações e hábitos sobre as notícias de jornais e televisão

Porque a análise de informação recolhida no questionário ainda se encontra em curso, apresenta-se aqui apenas um primeiro patamar de resultados reportados ao tratamento da estatística univariada e de parte da bivariada (tabelas cruzadas simples) cruzando-se com informação recolhida nas entrevistas. Deste modo, e não esquecendo as limitações daqui decorrentes, os resultados obtidos apontam para que se trate de uma população que mostra uma especial apetência pela leitura de jornais sendo significativo o valor do que revelam ter muito ou algum interesse (74,3%) ao passo que são poucos os que situam no pólo oposto dizendo nunca ter interesse (6,8%).

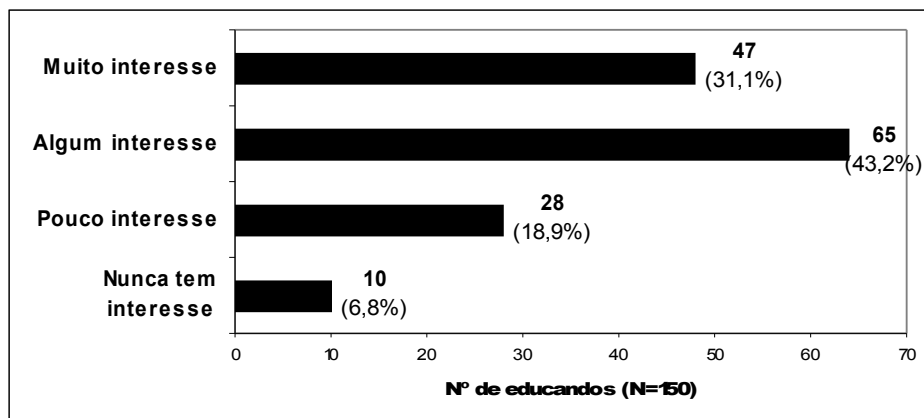


Figura 1-Grau de interesse na leitura de jornais

No que diz respeito à frequência da sua leitura em fase anterior à colocação em Centro Educativo, perto de um quinto assumiu não ter oportunidade de ler jornais ao passo que os restantes distribuíam-se pela leitura todos os dias (15,5%), quase todos os dias (18,2%) e só em alguns dias (41,9%). Com a entrada na instituição baixou o número daqueles que afirmam nunca ler (em 6%) assim como o número dos que referiam ler todos os dias (menos 3%). As categorias intermédias viram os seus números aumentar o que pressupõe que existe um acesso mais ou menos fácil a jornais nos Centros, seja através das equipas técnicas, familiares, dos próprios (aquisição pela semanada), formadores e docentes, naturalmente condicionado às regras de funcionamento interno. Dos contactos tidos emerge como fundamental o papel que os Técnicos Profissionais de Reinserção Social (“*monitores*”) têm neste campo pelo acompanhamento e discussão da leitura das notícias.

À questão sobre quais os jornais que mais gostavam de ler,⁴ por ordem de preferência atendendo ao valor percentual manifesto surgem em destaque *A Bola* (51,3%), o *Correio da Manhã* (49,3%), o *Record* (34,5%) e *O Jogo* (33,8%). Cerca de 10% dos participantes não indicou qualquer preferência.

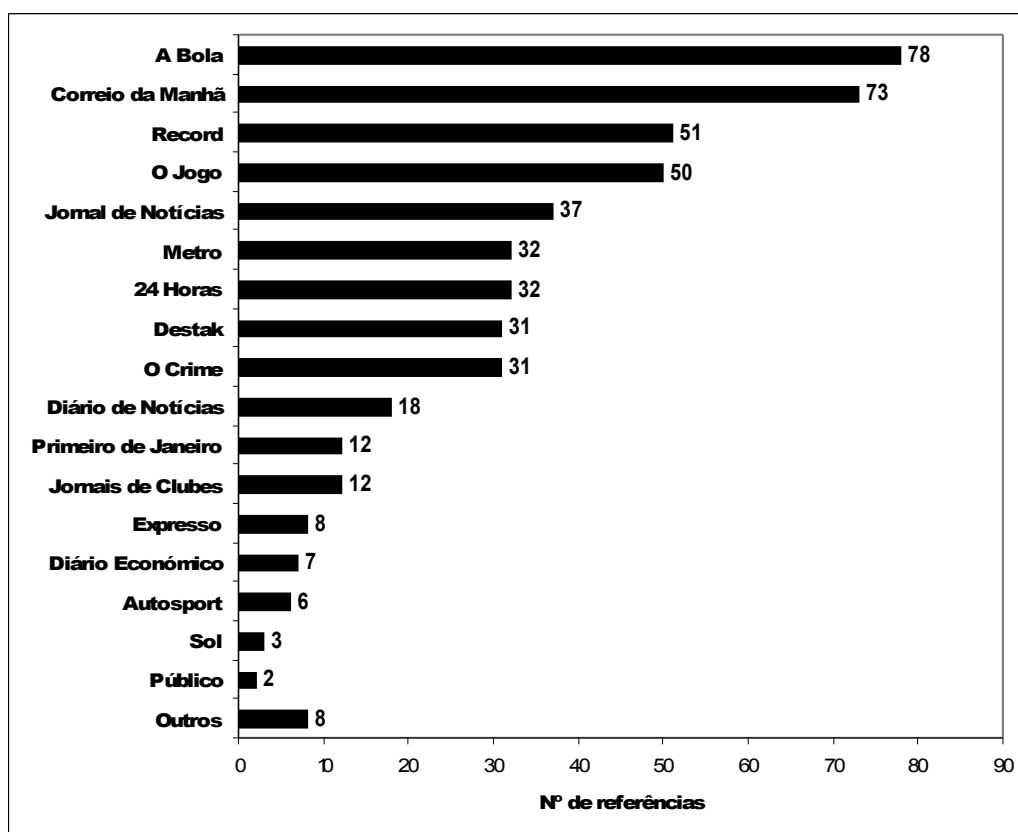


Figura 2-Jornais preferidos

Mais de metade da população expressou entre 2-5 preferências em simultâneo sendo claramente mais reduzida a percentagem dos que ficaram restritos a uma só escolha (12,8%). Tentando perceber que tipo de associações daqui emergem surgem em primeiro lugar os que referiram simultaneamente jornais populares e desportivos (30,4%), a seguir os que gostam de ler apenas desportivos (15,5%) e os que preferem, em conjunto, os jornais de referência e desportivos (13,5%). A exclusividade por jornais populares (8,8%) ou por jornais de referência (6,1%) apresenta valores muito próximos ao contrário da exclusividade por semanários (uma só resposta). A junção entre populares e de referência é manifestada por 7,4% enquanto que a associação entre populares e semanários fica por 5,4%.

De entre as razões que levam à leitura de jornais, a escola e a procura de emprego são os motivos que reúnem um mais elevado número de respostas negativas não se constituindo como factor de motivação na consulta e leitura de jornais. Este é um dos aspectos mais relevantes nesta primeira análise que importaria aprofundar. Mostram um conhecimento da actualidade informativa que adquire diferentes finalidades: manterem-se informados, aumentar os seus conhecimentos (*“para me tornar alguém culto”*), saber o que passa com quem conhecem e ocuparem o tempo livre. Todas estas motivações apresentam valores muito elevados nas categorias mais positivas.

A privação de liberdade resultante da sua condição actual na instituição está bem patente na valorização das notícias como factor de promoção de uma ligação ao exterior, quer à sociedade em geral (*“gosto de ouvir coisas que se passam no país...tipo casa, trabalho e até algumas políticas, para saber o que se passa”*), quer às suas origens em particular (*“sim, mostrou...gostei porque vi a minha terra”*; *“pode dar notícias de minha casa e eu não sei porque ‘tou cá dentro, do meu bairro e isso, se acontecer alguma coisa de mal eu já sei”*). Depreende-se que a leitura dos jornais apresenta uma forte motivação associada a um leque de escolhas intencionais e conscientes para a grande maioria. A necessidade de conhecimento através dos jornais é valorizada numa perspectiva informal que não se confunde ou sobrepõe, no seu



entender, ao conhecimento obtido em meio escolar. Importaria perceber se os jornais terão constituído (ou constituem) para estes jovens uma ferramenta usada nas aprendizagens escolares ou se, pelo contrário é um recurso pouco valorizado.

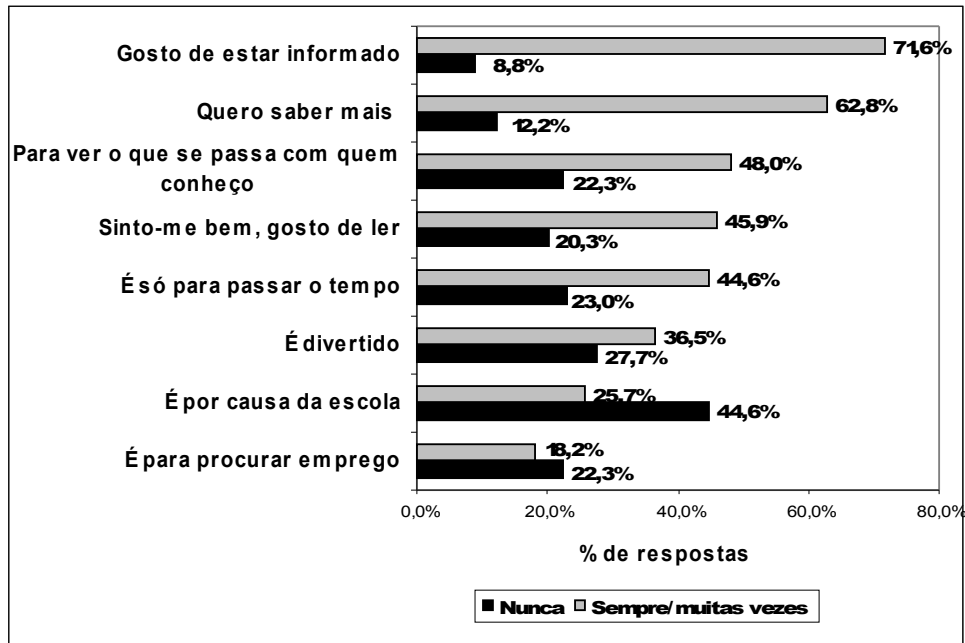


Figura 3-Motivações da leitura de jornais

Relativamente ao tipo de notícias pelas quais revelam muito interesse surgem à cabeça notícias sobre desporto (futebol), crimes e música. Inversamente, nas que dizem nunca lhes despertar interesse, surgem temas como política, emprego, astrologia e educação.

Quando se pediu que apontassem notícias de que se lembrassem, a maioria mencionou mais casos que têm a infância e a juventude como protagonistas: crianças em perigo, jovens em risco e delinquência e comportamentos desviantes. Nestes discursos, detecta-se uma prevalência de sentimentos negativos sendo apresentadas muitas referências a maus-tratos e abandono parental (*“contente? Cada dia que leio o jornal fico é mais triste”*; *“Pedófilos!!! Havia de ser comigo, fazia-os sofrer cá duma maneira...as partes baixas, cortava-as!”*; *“acho que essas pessoas não batem bem, têm ideia que os filhos é que precisam de um psicólogo, mas acho que é ao contrário. A minha mãe adoptiva quis meter-me num psicólogo e eu disse-lhe ‘tu é que me bates e eu é que vou para o psicólogo?’; ela a seguir deu-me porrada!...”*). É sobre estas temáticas que as notícias se revelam mais fortemente potenciadoras de reflexão num misto de sentimentos ambivalentes. Alguns chegam a projectar sobre as mesmas parte das suas trajectórias de vida, (*“pais que abandonam...também fizeram o mesmo comigo...não gosto...”*) nas quais se inclui a preocupação com o seu próprio papel parental, isto nos casos dos que já têm filhos ou que estão em vias de ter (*“o caminho que eu tive não quero que seja o dela [filha]”*; *“como eu sou pai, penso que eu nunca vou fazer isso à minha filha”*).

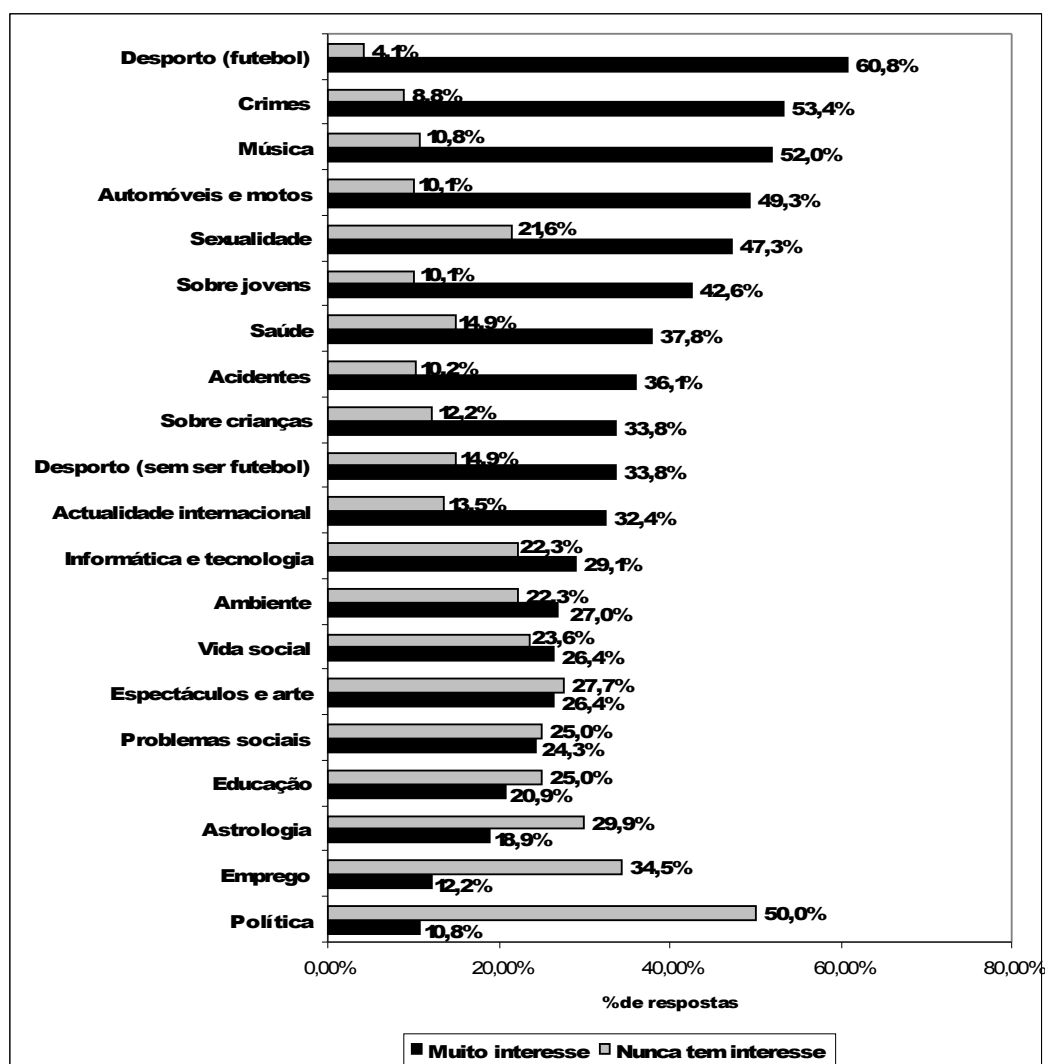


Figura 4-Notícias em jornais: temas que suscitam mais e menos interesse

Relativamente aos temas do crime e delinquência tende a existir nesta população uma grande ambivalência: num primeiro nível revelam uma atitude de choque e perplexidade pelo confronto, agora exterior, sobre os actos e suas consequências num aparente movimento de reflexão interna; noutra, é manifesto em alguns, um sentimento de identificação e admiração pela exposição dos factos.

Em número meramente residual aparecem as notícias que os marcaram positivamente e que se agrupam em torno de dois temas: o desporto e a zona de proveniência. Digno de registo o facto das notícias suscitarem, primordialmente, mais sentimentos negativos do que positivos pela carga dos dramas humanos e sociais que são apresentados.

No que concerne aos espaços onde lêem jornais destacam em primeiro lugar as unidades residenciais e respectivos espaços dos centros educativos reportando à sua condição actual. Surgem depois num outro patamar a sua própria casa, cafés e a rua. Qualquer sítio é também a resposta dada por cerca de 6%.

Para estes jovens a leitura de jornais é predominantemente um acto solitário (52,0%), surgindo a partilha em grupo de pares em segundo lugar (20,9%). Poucas referências são feitas à família. Sobre a possibilidade de consulta de jornais na Internet, 26,4% já o fez e 14,9% não o tendo feito gostaria de experimentar. Uma elevada percentagem (28,4%) refere nunca ter pensado nisso.

Passando a centrar o interesse nas respostas sobre a televisão, constata-se que se trata de uma população que demonstra muito interesse por televisão (78,4%). A televisão fazia parte do seu quotidiano antes da



colocação em Centro Educativo: a maioria via todos os dias (67,6%) ou quase todos (20,3%). Só 1,4% disse nunca ver televisão. Com a entrada na instituição parece que o ver todos os dias passa a acontecer para um maior número (73%), enquanto todas as restantes categorias descem. Tal terá a ver com as dinâmicas dos Centros constituindo a televisão um pólo de atracção perante as condicionantes dos regimes em que se encontram, estando também este acesso condicionado em cada estabelecimento.

Procurando identificar quais os canais que mais gostam de ver,⁵ por ordem de preferências surgem a *TVI* (86,5%), *SIC* (78,3%), *Sport TV* (49,3%), *SIC Radical* (48,6%) e *MTV* (47,3%).

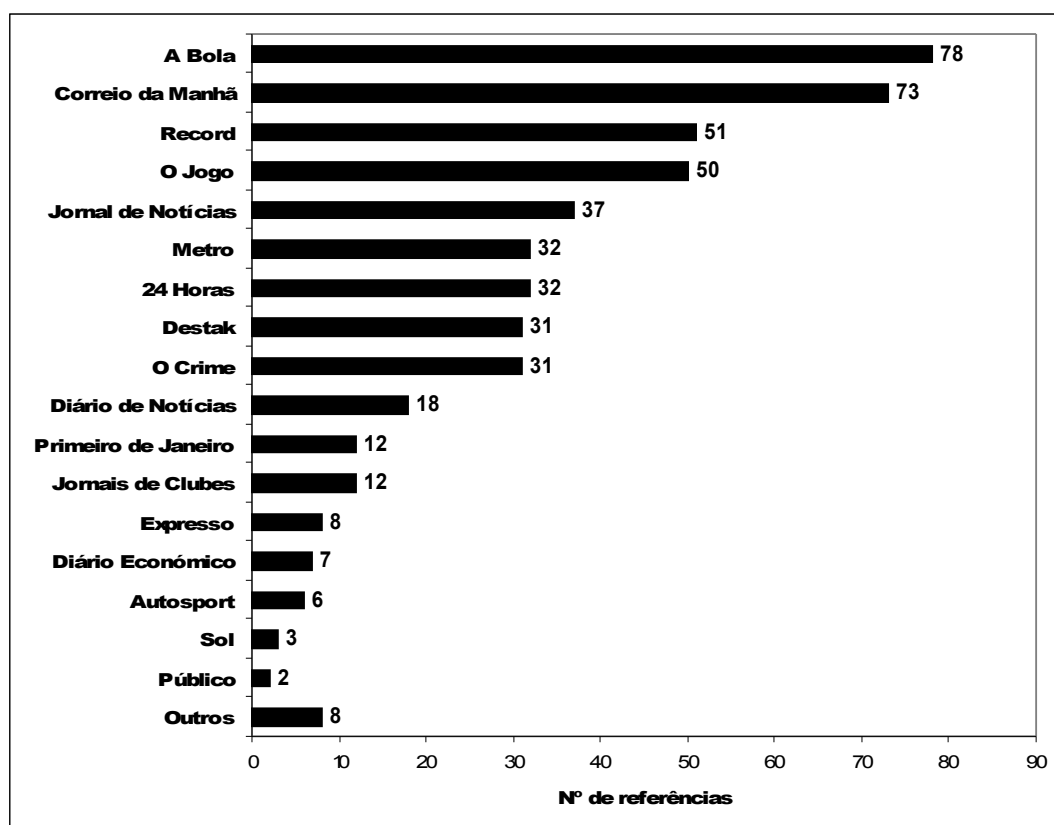


Figura 5-Canais de televisão preferidos

Mais de metade expressa interesse por 2-5 canais (54,7%) e 23,6% em mais, apenas 3,4% se fica por um canal. A maior percentagem escolhe só canais nacionais (23,0%).

Centrando o interesse nas notícias tentou-se perceber qual o espaço que ocupam neste universo. Num primeiro momento, é digno de registo que 46,6% dos participantes expresse que vê notícias na televisão todos os dias e 27,0% quase todos os dias. Apenas 2% dizem recusar ver notícias. Não se evidencia uma altura específica para tal porque a maioria diz que pode ser a qualquer hora (23,0%). Contudo, isoladamente o período da noite é o que se destaca como o que reúne maior número de referências (18,2%) surgindo depois uma série de associações entre vários momentos do dia.

Já no que diz respeito à ordem de preferências dos canais onde gostam mais de ver notícias, e quando se compara com as anteriores opções sobre os canais, constata-se neste ponto uma maior dispersão de informação ainda que respeitando a listagem anterior. Assim, destacam em primeiro lugar a *TVI* (36,1%), seguida da *SIC* (21,6%), só depois a *RTP1* (5,4%) e a *SIC Notícias* (1,4%). Outros sugerem algumas associações surgindo a *TVI* em conjunto com a *SIC Notícias* como a mais referenciada (15,5%). Paralelamente, sobre o canal de televisão que indicam como aquele onde não gostam de ver notícias



evidenciam a *RTP1* (27,0%), seguida da *RTP2* (13,5%), os dois anteriores em conjunto (10,8%), a *SIC* (3,4%), a *TVI* e *SIC Notícias* (2,7% cada).

De entre as razões que levam a ver notícias na televisão destacam o estar informado (mais de metade é sempre por este motivo), o saber mais, o ter mais conhecimento e o poder ver o que se passa com quem conhecem. À semelhança dos jornais, inversamente situam razões relacionadas com o contexto escolar e a procura de emprego. Num plano intermédio colocam razões de divertimento e lazer.

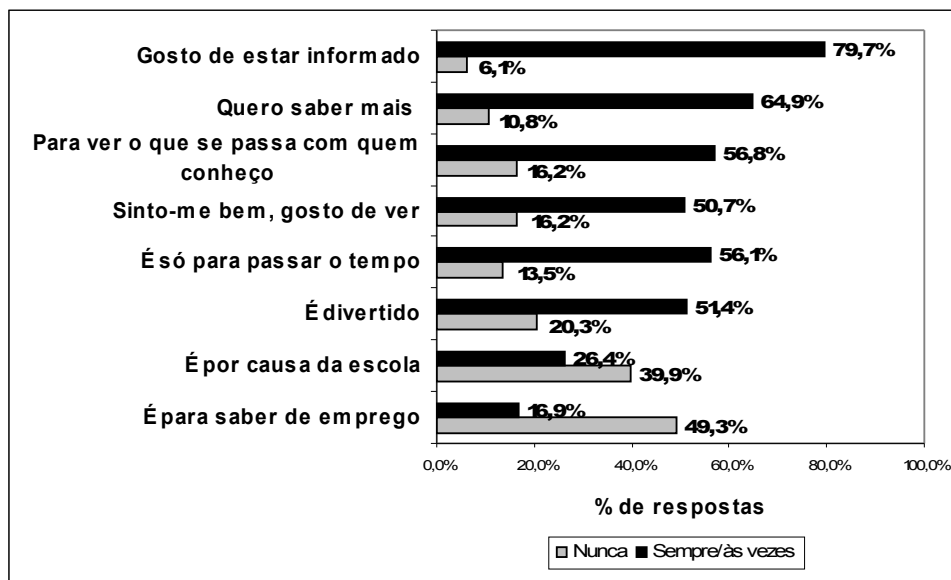


Figura 6-Notícias na televisão: motivações para a sua escolha

As notícias que seleccionam com muito interesse prendem-se com temas como desporto (futebol) (68,2%), crimes (62,2%), música (59,5%), sexualidade (57,4%), automóveis e motos (54,7%), acidentes (51,4%) e jovens (48,0%). No pólo oposto, estão a política, emprego, astrologia e educação.

Relativamente aos locais onde vêem televisão indicam em primeiro lugar a sala de estar dos Centros e só depois a sua casa. Preferencialmente a televisão é vista na companhia de pares (52,0%), seguindo-se o estar sozinho (11,5%), depois a família e uma diversidade de associações onde se destaca o papel dos Monitores dos Centros.

De entre os programas de televisão referenciados, o mais indicado como primeiro programa favorito é *Morangos com Açúcar* (19,6%), seguindo-se as *Notícias/Telejornais* e os jogos de futebol (8,1% cada), os programas da *MTV* (6,8%), as telenovelas *Floribela* e *Pé na Jaca* (5,4% cada) e os programas de *Wrestling* (4,7%). Muito significativo o papel que as notícias/telejornais apresentam neste contexto como importante elo de ligação ao exterior das instituições. No conjunto dos programas que referem não gostar de ver, o primeiro lugar é repartido entre o *SIC 10Horas*, a *Floribela* e programas de política (6,8% cada).

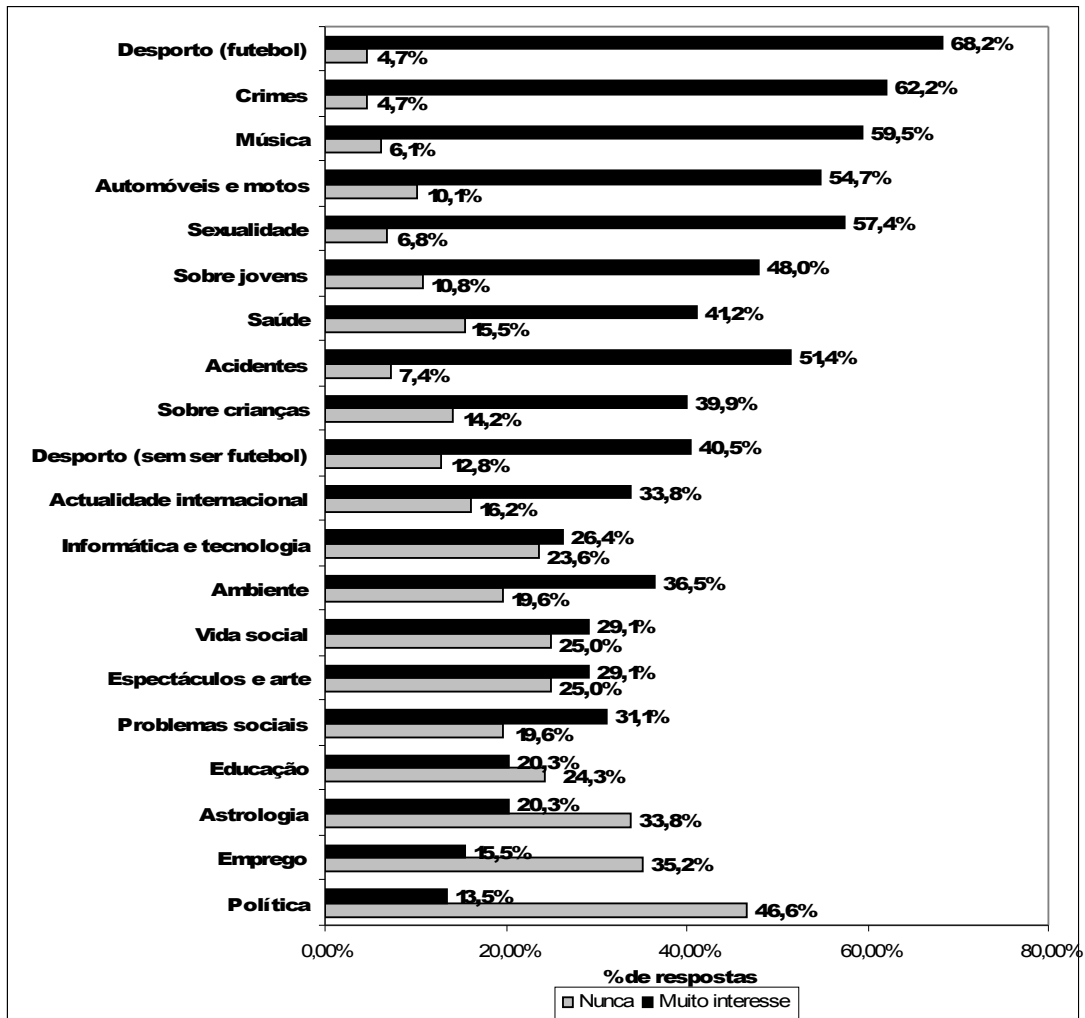


Figura 7-Notícias na televisão: temas que suscitam mais e menos interesse

4.2 Experiências na relação directa com os jornalistas e os media

No que diz respeito às experiências que estes jovens tiveram com os media, uma percentagem elevada revela já ter tido contacto directo com jornalistas quer da imprensa, quer da televisão. Na descrição dessas situações evidencia-se um número significativo de críticas relativamente ao jornalista em causa, ou aos media no seu todo, sendo apresentados relatos de quebras de deontologia profissional, de violação de princípios éticos na forma de abordagem e queixas sobre a ineficácia das estratégias de ocultação de sua identidade. Em contraponto é muito reduzido o número de elogios. Na maioria, mostram-se conscientes dos seus direitos e muito activos perante a actuação dos media não só a nível institucional, mas, sobretudo, no que concerne aos que devem ser os procedimentos no tratamento da informação sobre crianças e jovens.

Muito importante o facto das experiências directas com os media terem feito emergir um duplo protagonismo: num patamar, foram protagonistas, os próprios e/ou as suas famílias, em notícias sobre actos delinquentes, vários em casos fortemente mediatizados nos últimos anos em Portugal; noutra, existe um elevado número que, antes da colocação em Centro Educativo, já fora objecto de notícia em matérias que revelam a sua condição social como qualquer outro jovem integrado na comunidade (desporto, música, teatro, dança, capoeira, cultura, vida escolar ou associativa) (*“eu andava com um grupo e nós fazíamos sons, canções, batidas e eu fui entrevistado. Perguntaram se eu queria e eu disse que sim, nós também queríamos fazer a entrevista para sermos mais vistos na zona. Eu gostei, gostei de ver a minha foto no*



jornal, de ser conhecido). E é desse duplo protagonismo que se define o tipo de vivência (positivo *versus* negativo) e o significado que terá tido para o jovem (promoção pessoal *versus* estigmatização).

O ter sido protagonista de uma notícia sobre delinquência toma significados diversos. Se por um lado, se revela um meio de tornar real a sua própria trajectória desviante, levando a consequências várias, seja por reforço dessa mesma trajectória (*“eu via e dava-me gozo (...) como diziam os polícias, eu era o herói”*), seja por ter o poder de a pôr em causa (*“ao ‘tar a ler aquilo senti-me culpado, por ‘tar a ver uma coisa que eu sei quem fez’*), por outro, conduz a uma estigmatização, contribuindo para reforçar um sentimento de não reparação de si próprio, algo que esperam alcançar com o internamento (*“acho que não era a melhor forma de mostrar a minha pessoa”*).

Nas notícias sobre delinquência e nos casos em que estiveram sob especial foco de mediatização, destacam que não existiu uma preocupação de contextualização e compreensão por toda a possível informação (*“só se a gente explicar é que eles contam direito, se a gente não explicar eles dão mentiras”, “acrescentam que é para tornar mais atractivo”; “não sabem tratar, não sabem levar os assuntos de modo certo, não sabem quando é que devem parar e à vezes em vez de parar ainda continuam mais, por vezes até geram confusões”*). Sentem-se estigmatizados (*“falam como querem, devem pensar que somos alguns assassinos! Só dos príncipes é que falam bem, agora dos bovinos é sempre ou não têm educação ou portam-se mal ou traficam droga...olhem é para os filhos deles!!!!”*; *“depois apareceu no jornal mas eu não vi, não gosto de ver essas coisas, sei lá, são coisas minhas, neste momento se as visse metiam-se triste”*) e deixam reforçada a ideia de que o papel dos media é limitado, ficando pelo denunciar sem uma preocupação de compreensão ou de procura de uma solução (*“ não falam (...) por que é que as coisas acontecem e cenas dessas assim”*).

4.3 Imagem dos media e como se revêem nela

A terceira e última dimensão em análise neste texto prende-se com a opinião generalizada que estes jovens têm dos media e o modo como se revêem, a si e à condição de juventude a que pertencem, nas notícias na imprensa e na televisão. Na representação que fazem dos órgãos de comunicação social no seu todo, referem-se predominantemente a aspectos do foro da relação com os entrevistados, das estratégias de ocultação da identidade e da veracidade da informação produzida. De salientar que o poder da imagem é o aspecto mais referido como diferenciador da imprensa escrita e da televisão, tanto em termos de potenciação do seu interesse, como pela associação entre imediatismo e maior credibilidade (*“jornais podem mentir, mas na televisão vê-se mesmo”; “[a televisão] dá mais sentimentos às pessoas, dá mais pensamentos, dá isso tudo...”*).

A representação maioritária dos jornalistas é, mais uma vez, sustentada não só pelos aspectos anteriormente mencionados, mas também pela percepção do jornalista como sujeito a pressões de ordem diversa (preocupações de facturação, riscos e perigos físicos, chefias). Destacam a tendência para a falta de respeito destes profissionais pelas pessoas que são objecto de notícia, a sua falta de credibilidade pelo pouco cuidado e não preparação no tratamento da informação (*“por isso é que há socos de vez em quando contra eles!”*; *“dava-lhes o conselho de falar a verdade, não é?”*; *“eles querem é fazer o maior número de entrevistas, o maior número de reportagens e essas coisas”*; *“os jornais abusam um bocado demais da privacidade das pessoas, esticam-se demais”*). Nesta linha, a imagem que sobressai sobre os jornalistas é negativa assente numa visão de *“intrometidos na vida alheia”* (*“não sabem quando é que devem parar e às vezes em vez de parar ainda continuam mais, por vezes até geram confusões!”*; *“eles querem ‘tar mais acima dos outros jornalistas por isso tentam chamar mais à atenção do que os outros”*).

A maioria dos entrevistados percepçiona que a dita juventude é tratada de modo negativo nos media (*“a maior parte dos jornais só falam da porcaria que os jovens fazem, nunca falam das coisas boas que eles fazem”*). Defendem, essencialmente, que os jovens são tratados nas notícias em plano de desigualdade, surgindo mais como objecto de uma desvalorização por parte dos adultos o que acentua a sua segregação pela existência de uma certa atitude paternalista e condescendente que não *“os leva a sério”* (*“tratam mal, é*



verdade! Em quê? Em tudo... não dão a ideia correcta do que são os jovens”; “falam tudo mal, o jovem isto, o jovem aquilo, também se for preto ou de outras raças pior é”; “outras vezes exageram um bocado”).

Esta percepção oriunda dos media parece contribuir para a interiorização de uma expectativa negativa –“aos olhos dos outros nós somos sempre o problema”–, o que pode levar ao funcionamento num duplo registo que varia entre o papel de actor passivo, vítima do próprio sistema social, ao papel de autor, agressor, assente num sentimento de onnipotência sobre os outros, variando o registo conforme lhes for mais favorável.

Quando chega o momento de se pronunciarem sobre possíveis conselhos a dar a esta classe profissional, salientam que os jornalistas deveriam dar mais atenção a aspectos de relacionamento pessoal para evitar erros de informação (*“tentar saber o mais possível das coisas boas que os jovens fazem e não as más”; “era capaz de lhes dizer para se sentirem bem com os jovens, né? Não são diferentes, não é por ‘tarem num centro educativo que são diferentes dos outros? Respeitar os outros, uma pessoa tem regras e tem de as seguir”; “antes de falar têm de pedir autorização e depois...falar com eles com educação, tratá-los bem”; “para os respeitar, se ele não quiser falar sobre ele para ele não forçar, porque ele deve ter algum motivo para não falar, não se”*).

Considerações finais

Conscientes da incompletude desta abordagem pelas limitações mencionadas, deste estudo emergem, fundamentalmente, algumas linhas de orientação que tendem a desconstruir estereótipos e representações maioritariamente negativas acerca dos jovens internados nos Centros Educativos, assim como dessas instituições. Trata-se de uma população especialmente atenta ao que se passa à sua volta, constituindo as notícias nos jornais e televisão um veículo privilegiado para o aprofundar de relações não só com o exterior mas também com os pares e os adultos nos Centros. Evidenciam-se interesses e hábitos aparentemente consolidados às quais a instituição tenderá a aprofundar pelo acesso fácil, mas simultaneamente controlado, a estes materiais.

A representação sobre os media é tendencialmente negativa emergindo dos contactos directos com jornalistas as violações de direitos, a falta de ética e de respeito desses profissionais. Ainda que reconhecendo determinados riscos no exercício dessa função, maioritariamente decorrente das suas experiências, as principais sugestões para a melhoria da cobertura jornalística sobre crianças/jovens situam-se no campo da interacção e relacionamento pessoal com aqueles que são visados nas notícias.

Este aspecto demonstra, por si mesmo, a ambiguidade com que se colocam perante a própria problemática da delinquência funcionando num duplo registo que vai de vítima do sistema social, onde se incluem as representações de delinquência difundidas pelos media, ao de actor social, consciente dos efeitos das suas acções transgressoras. Digno de registo o duplo protagonismo nas notícias, sendo muito elevado o número dos que, para além de terem sido retratados nas páginas dos jornais ou nos noticiários de televisão como delinquentes, se tinham evidenciado nesses mesmos meios na condição de jovem pela sua inserção em situações e contextos idênticos ao de qualquer outro.



Referências bibliográficas

BARDIN, Laurence (1977), *Análise de conteúdo*, Lisboa: Edições 70

CARVALHO, M^a. João Leote (2003), *Entre as Malhas do Desvio. Jovens, Espaços, Trajectórias e Delinquências*, Oeiras, Celta Editora

DENZIN, N.K. et al. (1994), «Entering the field of qualitative research», em N.K.Denzin et al.(eds.), *Handbook of qualitative research*, London, Sage Publications, pp.1-17.

FONTANA, A. et al. (1994), «Interviewing: the art of science», em N.K.Denzin et al., *Handbook of qualitative research*, London, Sage Publications, pp.361-376.

SANTOS, Boaventura Sousa et al.(eds.)(2004), *Os Caminhos Difíceis da “Nova” Justiça Tutelar Educativa – Uma avaliação de dois anos de aplicação da Lei Tutelar Educativa*. Coimbra, Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, CES, Universidade Coimbra

VALA, Jorge (1986), «A análise de conteúdo», em Santos Silva e Madureira Pinto (eds), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento, pp.101-128.

¹ Agradece-se, de modo especial, à Dr^a. Leonor Furtado, Directora-Geral, que desde o primeiro momento acolheu a ideia deste estudo promovendo a sua realização. Aos directores, equipas técnicas e jovens nos Centros Educativos uma palavra de particular reconhecimento pela total disponibilidade, empenho e apoios proporcionados.

² Desenvolvido no Centro de Investigação Media e Jornalismo, sob a Coordenação da Prof. Doutora Cristina Ponte, do Departamento de Ciências da Comunicação, FCSH, Universidade Nova de Lisboa.

³ Cerca de 9,5% num total de 5421 peças recolhidas em quatro jornais de edição diária.

⁴ Poderia ser indicada mais do que uma opção.

⁵ Poderia ser indicada mais do que uma opção.